

Desafios da naturalização de imigrantes no Brasil: burocracia, percepções e integração social

Challenges of naturalization: bureaucracy, perceptions, and social integration in Brazil

*Dieugo Pierre**
*Adilar Cigolini***

1 INTRODUÇÃO

A relação entre naturalização e integração é um tema relevante no contexto da integração de imigrantes no território de acolhimento. A naturalização refere-se ao processo pelo qual o imigrante adquire a nacionalidade do país em que se estabelece permanentemente, e esse território representa o espaço físico e político onde os imigrantes vivem e se esforçam para se integrarem à sociedade. A integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento envolve a adaptação e inserção na cultura, instituições e comunidades locais. A compreensão da interseção entre naturalização, território e integração é fundamental para promover políticas e práticas que facilitem a inclusão e o desenvolvimento pleno dos imigrantes em seu novo território de residência. No entanto, essa integração envolve desafios relacionados às políticas e práticas burocráticas, à obtenção de documentos legais e ao cumprimento de outros requisitos legais. Uma vez que o imigrante se torna cidadão, adquirindo a nacionalidade do país, ele ganha direitos, como o de votar, o que contribui para seu desenvolvimento econômico, social e cultural, além de promover a coesão social ao fornecer um senso de pertencimento e identidade (CASEIRO, 2021).

*Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

**Professor Doutor do Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No Brasil, a cidadania é definida como a ligação legal e política que une um indivíduo ao Estado, tornando-o parte do povo e da esfera pessoal do Estado, conferindo-lhe o direito de solicitar proteção e impondo-lhe deveres (MORAES, 2011). Este conceito inclui três elementos fundamentais: o princípio político da democracia, a dimensão jurídica da personalidade legal e a noção de pertencimento como uma categoria social de identificação pessoal (CASEIRO, 2021).

O livro “Les paradoxes de la naturalisation” de Frauenfelder (2007) oferece uma análise detalhada sobre a questão da nacionalidade no contexto da imigração, descrevendo a naturalização como uma “operação mágica político-social” que transforma indivíduos em membros naturais de uma sociedade. O autor destaca a experiência subjetiva dos candidatos, evidenciando as pressões simbólicas e materiais que enfrentam durante o processo, como a necessidade de explicar suas motivações, encontrar apoio de padrinhos, reunir documentos e arcar com custos financeiros. Frauenfelder caracteriza a naturalização como uma “carreira” que influencia a autoimagem e a apresentação dos indivíduos à sociedade, revelando que a nacionalidade pode ser usada para fins defensivos e positivos, especialmente no mercado de trabalho (FRAUENFELDER, 2007).

O objetivo deste trabalho é examinar a relevância da naturalização como um facilitador da integração de imigrantes no Brasil, destacando a importância da cidadania para garantir direitos políticos e promover um senso de pertencimento na sociedade de acolhimento. Além disso, busca-se analisar como ocorre o processo de naturalização no país e os desafios enfrentados pelos imigrantes, propondo melhorias nas políticas e práticas burocráticas para facilitar a inclusão e o desenvolvimento dos imigrantes no Brasil. Para atingir o objetivo deste trabalho, foi utilizado o método de entrevista semi-estruturada para a coleta de dados com imigrantes que buscaram a naturalização no Brasil. O método de entrevista semi-estruturada permitiu explorar as experiências e dificuldades enfrentadas pelos imigrantes durante o processo de naturalização, focando nos requisitos e obstáculos, como a obtenção de documentos, os períodos de espera e as barreiras burocráticas.

2 NATURALIZAÇÃO COMO MECANISMO DE INTEGRAÇÃO

Considerando a naturalização como um mecanismo de integração, a inclusão social dos naturalizados na vida socioeconômica do território brasileiro torna-se uma questão importante. Nesse contexto, o território destaca-se não apenas como um recurso político, mas também como uma entidade com influência jurídica, manifestando-se em um espaço cheio de

subjetividades e simbolismos. Os naturalizados, como grupos sociais, podem ser afetados por essa influência jurídica, pois o território é formado por múltiplas relações de poder, que variam desde as mais materiais e econômico-políticas até as mais simbólicas e culturais (HAESBAERT, 2009; RAFFESTIN, 2009; SOUZA, 2009).

A naturalização, enquanto processo formal que permite a um estrangeiro adquirir a nacionalidade de um país, desempenha um papel fundamental na integração dos imigrantes. Ao conquistar a cidadania, os imigrantes não só adquirem direitos políticos e sociais, mas também se integram mais profundamente nas dinâmicas socioeconômicas e culturais do país. Isso pode facilitar seu acesso ao mercado de trabalho, à educação e aos serviços de saúde, promovendo uma integração mais ampla e efetiva.

En tal contexto, ao abordar a questão de coesão social e sensação de pertencimento e identidade ao imigrante, Sassen (2010) oferece uma perspectiva multidisciplinar sobre a relação entre naturalização e território, explorando as dinâmicas sociais, econômicas e políticas envolvidas nesse processo. De acordo com a autora, a naturalização e o território estão relacionados de várias maneiras, especialmente quando se trata do status e de direitos. Uma das principais conexões está vinculada ao conceito de nacionalidade, que está intimamente relacionado ao território. Ao tomar a nacionalidade, o imigrante faz parte do sistema legal e político do território de acolhimento, isso concede a ele o direito de possuir propriedades e outros bens dentro desse território, direitos de voto, de participação política, entre outros. Ainda segundo a autora, a naturalização é o processo pelo qual o imigrante se torna cidadão do território de acolhimento, estabelecendo conexão direta entre ele e o território. No entanto, o imigrante enfrenta desafios significativos durante o processo de naturalização, com implicações políticas e sociais. Considerando o território como um espaço de controle e exclusão, onde políticas de migração e naturalização são implementadas, é essencial refletir sobre as noções de pertencimento e os direitos do imigrante em relação a esse território. Nesse sentido, Balibar (1999) afirma que a cidadania está intrinsecamente ligada ao conceito de território, e que a inclusão ou exclusão do imigrante é determinada por fatores territoriais, especialmente pela maneira como as políticas de naturalização e as fronteiras nacionais influenciam a construção da identidade e a distribuição de direitos.”

Dessa forma, Raffestin (1992) complementa essa perspectiva ao abordar o conceito de fronteira não apenas como uma barreira física, mas principalmente como uma construção social. Ele destaca que a fronteira é um elemento estrutural fundamental, condicionado por uma interface eco-bio-socio-lógica, que desempenha quatro funções essenciais: tradução, regulação, diferenciação e relação. Assim, a compreensão das dinâmicas de exclusão

e inclusão de imigrantes se entrelaça com a análise da fronteira como um elemento-chave na regulação das trocas entre territórios e na determinação das relações sociais entre eles, ressaltando a influência do contexto político e legal na definição do papel das fronteiras em uma sociedade.

No âmbito da distribuição dos direitos, a integração e participação democrática do imigrante na vida política do território de acolhimento, bem como suas responsabilidades, devem ser garantidas e promovidas. Ao obter a nacionalidade, o imigrante se torna membro pleno da sociedade e tem o direito de participar do processo político que é um pilar da democracia, isso permite que ele expresse sua opinião e escolha seus representantes nas eleições, que contribua para a formação de políticas públicas e participe ativamente na vida democrática do território de acolhimento. Com seu direito de eleger, ele pode escolher candidatos que representem seus interesses e suas preocupações. No entanto, as leis de cada país podem variar em relação ao processo de naturalização e os direitos concedidos ao imigrante. Em alguns países, podem haver mais restrições no processo de naturalização e no direito concedido ao imigrante, como por exemplo, o direito de votar em apenas em níveis municipais das eleições. Em outros, o processo de naturalização pode ser mais flexível ao imigrante elegível em relação a esses direitos (LOSEGO & LUTZ, 2006; OCDE, 2010-2011).

De acordo com um estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizado em 2011, o imigrante naturalizado geralmente apresenta melhores índices de integração social do que outros não naturalizados. No entanto, a OCDE considera que o impacto da naturalização não pode ser simplesmente comparado entre imigrantes que se naturalizaram e aqueles que não o fizeram. Dados diacrônicos são necessários para fazer essa comparação ao longo do tempo. Mas, as pesquisas da OCDE mostraram que a naturalização geralmente leva a melhores resultados de emprego, com maior probabilidade de trabalhar em cargo mais qualificado, sobretudo com possibilidade de trabalhar no setor público. Esses estudos da OCDE, observam-se sinais crescentes de melhoria do futuro profissional, principalmente, para imigrantes após a naturalização. Essa melhoria da situação do cidadão naturalizado pode ser explicada pelo fato dele ter acesso a melhores empregos uma vez que adquire a nacionalidade do país de acolhimento. Enquanto não fore naturalizado, ele é proibido de trabalhar em empregos que exijam a nacionalidade do país e não pode trabalhar no setor público. Nesse sentido, a naturalização pode ser considerada, em certa medida, um instrumento a favor da integração, embora para o imigrante a perda da nacionalidade de origem seja frequentemente considerada o principal custo da naturalização. Para o imigrante esse custo pode ser compensado pela obtenção de um passaporte de outro país. Outro aspecto

da naturalização, é o direito de voto nas eleições nacionais do novo país e fazer parte do exército, cujo acesso muitas vezes é restrito aos cidadãos do país. Por todos esses fatores, a naturalização é frequentemente interpretada como resultado de uma política que se manifesta por meio de leis, protocolos administrativos e, principalmente, por modelos interpretativos político-ideológicos que são percebidos como expressões de vontade política.

Essa vontade política é crucial para o processo de integração bem-sucedido dos imigrantes em um território de acolhimento. Por que ela se refere à determinação e ao compromisso das autoridades governamentais em promover políticas e medidas que facilitem a integração dos imigrantes por meio da coesão social e a construção de uma sociedade inclusiva. Por meio dessa vontade política a obtenção da nacionalidade pelos imigrantes poderia ter impactos diretos na sua situação socioeconômica, pois possibilita o acesso às perspectivas de mobilidade social, acesso a melhor emprego e a direitos políticos e sociais. Nesse caso, ela pode ser considerada como um dispositivo de integração, um importante instrumento de políticas de integração, embora as condições para a sua concessão variem consideravelmente de um território para outro (LOSEGO & LUTZ, 2006; OCDE, 2010-2011).

Por exemplo, o tempo mínimo de permanência exigido para a naturalização ordinária varia entre três anos no Canadá, dez anos na Espanha, doze anos na Suíça, e 4 anos no Brasil. Muitos outros países caminham para um intervalo entre cinco e oito anos de permanência. Alguns outros adotaram critérios de permanência e a obrigatoriedade de conhecimento mínimo do idioma, enquanto outros impõem testes de cidadania para avaliar o conhecimento do imigrante sobre a história e as instituições do país, como Alemanha, Estados Unidos, França, entre outros. Além das condições para a concessão da naturalização variarem consideravelmente de um território para outro, ela tem um caráter de seletividade. Deve-se mencionar também que em alguns territórios de acolhimento é reforçada a importância do acesso à cidadania entre as várias medidas públicas destinadas a promover a integração, por exemplo, através da organização de cerimônias oficiais de aquisição da nacionalidade (ZALC, 2017; OECD, 2011).

Na última década, a população imigrante no Brasil cresceu significativamente. Segundo o relatório de 2022 do Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra), cerca de 151.155 imigrantes residem no país, com 44,8% sendo mulheres, 19,7% crianças e 9,6% adolescentes (CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G., 2022). O relatório subsequente de 2023 confirma essa tendência, indicando que entre 2011 e 2023, foram registrados 1.340.266 imigrantes residentes e temporários, originários de 193 países. Destes registros, 54,64% são do sexo masculino e 45,36% do sexo feminino (CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L., 2023).

A fixação permanente desses imigrantes levanta, inevitavelmente, a questão do seu acesso à cidadania brasileira. O seu acesso à cidadania brasileira implica as políticas migratórias, leis de naturalização e práticas adotadas pelas autoridades brasileiras, as condições sociais, econômicas e culturais que influenciam sua capacidade de se estabelecer e adaptar ao contexto brasileiro. Isso envolve aspectos como acesso ao mercado de trabalho, educação, saúde, moradia e serviços sociais, além das interações com a população local e a dinâmica de integração nas diversas comunidades de acolhimento. E também as políticas públicas e iniciativas governamentais voltadas para a promoção da integração dos imigrantes. No entanto, apenas os aspectos vinculados às políticas e práticas burocráticas que afetam o processo de naturalização no Brasil são discutidas nesse texto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Castro e Oliveira (2022) consideram o método de entrevista semi-estruturada uma abordagem metodológica relevante para pesquisadores, especialmente em estudos qualitativos de caráter interpretativo. Além disso, esta técnica geralmente utiliza um roteiro de perguntas para a coleta de dados, visando aumentar as possibilidades de análise dentro de uma relação autêntica entre entrevistador e entrevistado. Os autores descrevem a entrevista semi-estruturada como uma ferramenta eficaz para a coleta e tratamento de dados sob uma perspectiva qualitativa e interpretativa, destacando que esta abordagem qualitativa emprega um guia de entrevista com perguntas previamente definidas, mas permite flexibilidade para explorar tópicos emergentes durante a conversa. Assim, o entrevistador pode fazer perguntas adicionais baseadas nas respostas do entrevistado, proporcionando maior profundidade na exploração dos temas, e pode ajustar as perguntas conforme a dinâmica da entrevista, permitindo uma conversa mais natural e detalhada.

Por outro lado, Mondada (1997) observa que as entrevistas, em suas variadas formas, têm sido amplamente utilizadas em estudos de campo para compreender diversos fenômenos. Ele destaca que estas entrevistas se destacam como uma técnica de interação social dinâmica, flexível e criativa, que possibilita aos participantes, incluindo o pesquisador, construir coletivamente uma versão do fenômeno analisado.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Minayo e Costa (2018) destacam que a entrevista, tanto no sentido amplo de comunicação verbal quanto no sentido restrito de coleta de dados sobre um tema específico, é a estratégia mais comum no trabalho de campo. Para esses autores, é uma técnica acessível a qualquer pesquisador, mesmo os iniciantes, caracterizada

principalmente como uma troca de ideias entre dois ou mais participantes, iniciada pelo entrevistador e voltada para a obtenção de informações sobre um objeto de estudo específico. Nessa perspectiva, Haguette (2001) observa que a entrevista se distingue de um simples diálogo por sua intencionalidade, já que é uma conversa orientada para alcançar um objetivo específico, que não é apenas a interação em si mesma.

Na mesma lógica as entrevistas foram realizadas com a finalidade de compreender as experiências dos participantes em relação ao processo de naturalização. As perguntas foram formuladas considerando a naturalização como um mecanismo de integração dos imigrantes e de mobilidade social, além de buscar entender as políticas e práticas burocráticas envolvidas. As entrevistas incluíram as seguintes questões desse Quadro 1.

Quadro 1 - Perguntas feitas aos entrevistados

Pergunta	Descrição
1	Quais são os principais desafios que você enfrenta no seu processo de naturalização?
2	Como você percebe a importância da mobilidade social ao adquirir o passaporte brasileiro?
3	De que maneira as práticas burocráticas afetam o seu processo de naturalização?
4	Como você avalia o processo?

Fonte : Elaboração nossa

As entrevistas realizadas foram um total de sete, sendo que duas delas foram conduzidas por meio de videochamada no aplicativo WhatsApp, enquanto as outras cinco foram realizadas em encontros presenciais. Deve-se mencionar que a pesquisa qualitativa, não se resume a quantificar várias opiniões ou a simples obtenção de um número exato de participantes. Em vez disso, seu propósito é explorar as diversas perspectivas e interpretações que se relacionam com o tema em discussão. No mesmo contexto, Bauer e Gaskell (2002) afirmam que a escolha específica da quantidade de participantes é embasada na ideia de que o estudo de uma amostra reduzida pode oferecer uma base sólida, que representa o todo de maneira significativa.

A utilização de dois formatos diferentes para as entrevistas mostrou-se valiosa. As entrevistas realizadas pelo WhatsApp trouxeram a vantagem da acessibilidade, especialmente para incluir participantes que estão fora do Brasil. Esse formato eliminou as barreiras geográficas, permitindo que esses participantes distantes contribuíssem para o estudo. No entanto, também

há desafios. A qualidade da conexão à internet pode variar, resultando em possíveis interrupções e dificuldades de comunicação durante a entrevista. Diferenças nos dispositivos usados pelos participantes podem afetar a qualidade do áudio e vídeo, impactando a clareza da comunicação. A videochamada pode limitar a capacidade do entrevistador de observar sinais não-verbais completos, como linguagem corporal e microexpressões, importantes para uma compreensão completa das respostas. Manter o engajamento dos participantes pode ser mais difícil em videochamadas do que em interações presenciais, onde o contato visual e a presença física são mais eficazes.

Por outro lado, as entrevistas presenciais trouxeram uma dimensão humana e relacional. Isso permitiu uma leitura profunda das expressões faciais, linguagem corporal e nuances emocionais dos participantes, enriquecendo a compreensão do estudo.

Os participantes representavam diversas nacionalidades, incluindo 1 da Venezuela, 5 do Haiti e 1 de Benin. Além disso, é importante mencionar que dois deles atualmente residem fora do Brasil. A opção de realizar entrevistas por videochamada no WhatsApp tem se mostrado vantajosa. Esse formato de entrevista online facilitou a participação na pesquisa de dois haitianos naturalizados brasileiros que residem em Portugal. Isso proporciona a oportunidade deles de se envolverem na pesquisa sem a necessidade de comparecer pessoalmente. Além da facilidade de acesso, isso traz benefícios consideráveis em termos de economia de tempo e recursos. Ao optar por esse método, tanto o entrevistador quanto os participantes 01 e 02 se beneficiam da eliminação de gastos associados aos deslocamentos físicos, como passagens de viagem. Isso também otimiza a eficiência da pesquisa, permitindo que as entrevistas desses dois participantes sejam conduzidas de maneira mais ágil e conveniente para eles. E promove a inclusão deles que moram em espaços geográficos distantes.

Essa abordagem abriu espaço para esses participante compartilharem suas experiências de maneira mais impactante, enriquecendo assim o conteúdo da pesquisa.

Suas idades variavam entre 18 e 39 anos, com uma única mulher entre eles. Alguns dos participantes, como o Participante 01, um homem haitiano de 39 anos, e o Participante 02, outro homem haitiano de 37 anos, já finalizaram o processo e conquistaram a cidadania brasileira. O mesmo ocorreu com os participantes 06, um haitiano de 32 anos, e 07, um haitiano de 39 anos. Os Participantes 01 e 02 residem atualmente em Portugal como cidadãos brasileiros, e suas entrevistas foram conduzidas por meio do WhatsApp. Já o Participante 03, um homem de 29 anos, haitiano ainda está em processo de naturalização. Por sua vez, o Participante 04,

um homem de 34 anos de nacionalidade venezuelana, encontra-se em estágios diferentes do processo, que compreende cinco etapas: solicitação, complementação de informações, análise pela Polícia Federal (PF), análise pelo MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública) e processo finalizado. O Participante 05, um homem de 35 anos e natural de Benim, está na fase de processo finalizado de sua naturalização.

Após as entrevistas, foram feitas as transcrições e, a partir delas, análises do conteúdo, com o objetivo de identificar declarações e informações capazes de esclarecer a problemática da pesquisa.

Embora não haja um número fixo de entrevistas exigido em pesquisas qualitativas, o total conduzido neste estudo foi determinado pela disponibilidade dos participantes dispostos a colaborar. Apesar de não ser extensa em números, esta amostra é considerada suficiente para alcançar uma compreensão profunda e detalhada do fenômeno investigado.

É importante ressaltar que vários imigrantes recusaram participar das entrevistas por diversas razões. Muitos sentem-se usados, como se suas histórias e experiências fossem apenas dados a serem explorados, sem nenhum benefício ou retorno tangível para eles. Além disso, há um receio significativo de exposição. Os participantes temem que suas informações pessoais possam ser divulgadas ou mal interpretadas, levando a possíveis repercussões negativas em suas vidas pessoais e profissionais. Questões de agenda também desempenharam um papel crucial nesse processo. Muitos imigrantes enfrentam horários de trabalho irregulares ou prolongados, o que dificulta sua disponibilidade para participar das entrevistas. A necessidade de conciliar trabalho e outras obrigações pessoais limitou a flexibilidade para agendar entrevistas em horários mutuamente convenientes. Os horários dos imigrantes nem sempre coincidem com os dos pesquisadores. Enquanto estes últimos tendem a ter horários mais estruturados e previsíveis, os imigrantes frequentemente trabalham em turnos variados, incluindo noturnos ou nos finais de semana.

Durante a pesquisa, um desafio significativo surgiu devido à relutância de alguns participantes em compartilhar suas experiências de naturalização. Isso pode estar relacionado às implicações políticas e legais nos países de origem, onde a obtenção de outra cidadania pode resultar na perda de direitos e benefícios, ou até mesmo dificultar o retorno ao país natal. A apreensão dessas consequências pode explicar por que alguns participantes não se sentiam totalmente à vontade para discutir o processo de naturalização. Essa decisão pode variar dependendo das políticas específicas de dupla cidadania em seus países de origem e dos acordos internacionais que regem essas questões. É essencial reconhecer que cada país possui suas próprias regras sobre naturalização e suas consequências associadas.

Também é importante ressaltar que ao estabelecer contato com o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) para solicitar os dados de imigrantes naturalizados no Brasil, infelizmente, foi informado que tais informações não estão disponíveis. Essa resposta levanta algumas reflexões e considerações adicionais. Uma possível razão para a falta de disponibilidade dos registros de imigrantes naturalizados no Brasil é a existência de restrições legais ou burocráticas no acesso a essas informações. A proteção da privacidade e dos dados pessoais é uma questão relevante, pois podem impor restrições ao compartilhamento de dados sensíveis. É fundamental ressaltar a importância da transparência e do acesso à informação. A disponibilidade de dados é essencial para a realização de pesquisas, estudos e análises em diversas áreas do conhecimento. No contexto da imigração, compreender o perfil dos imigrantes naturalizados pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais efetivas e para a compreensão dos impactos sociais, econômicos e culturais da migração.

Acesso a dados confiáveis e atualizados é essencial para a produção de conhecimento e embasar decisões com base em evidências sólidas. Portanto, é crucial incentivar a transparência e o compartilhamento de informações, desde que sejam garantidas a proteção da privacidade e a segurança dos dados pessoais.

O OBMigra, com seu papel vital na coleta e análise de dados sobre migração, é uma fonte pública oficial confiável e abrangente nesse campo. Após um contato formal, no qual apresentamos os objetivos e justificativas da nossa pesquisa, opta-se pelo OBMigra devido à sua reputação e vasto conjunto de dados. No entanto, enfrenta-se uma limitação significativa: a resposta negativa do OBMigra e a falta de participação de imigrantes naturalizados. Isso dificulta nossa capacidade de analisar e compreender o perfil e o impacto desses imigrantes em nosso estudo. A ausência dessas informações relevantes também dificulta a compreensão dos aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados à naturalização.

4 A OBTENÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA PELOS IMIGRANTES

No Brasil, de acordo com a Constituição da República Federativa de 1988, estabelecida em seu artigo 12, a nacionalidade brasileira pode ser obtida por naturalidade (*jus soli*) ou por naturalização (*jus sanguinis*), oferecendo diferentes caminhos para que o imigrante se torne cidadão brasileiro. A nacionalidade brasileira por naturalidade ocorre quando a pessoa nasce no território brasileiro. Independentemente da sua vontade, o simples fato de ter nascido no solo brasileiro confere a essa pessoa a nacionalidade brasileira.

Esse princípio é conhecido como “*jus soli*” ou direito de territorialidade. Por outro lado, a nacionalidade brasileira por naturalização ocorre quando a pessoa solicita e obtém a nacionalidade brasileira. Nesse caso, o imigrante deve atender a determinados requisitos e seguir um processo estabelecido pelas leis brasileiras. Por exemplo, a pessoa deve residir no Brasil por um período de tempo determinado, seja casada com brasileiro(a), tenha filhos brasileiros ou cumpra outros critérios definidos pela legislação.

Em relação à questão de residir no Brasil, a pessoa deve obter uma autorização de residência permanente, de acordo com o estabelecido pela legislação brasileira. O prazo de residência pode variar dependendo das circunstâncias, como o país de origem do migrante e a existência de vínculos familiares com cidadãos brasileiros. Além disso, ele deve ter capacidade civil, ou seja, ser capaz de adquirir e exercer os direitos e obrigações previstos em lei, conforme estabelecido pelo Código Civil brasileiro. Também é necessário que o migrante seja capaz de se comunicar em língua portuguesa. A apresentação de documentos que comprovem essa condição é obrigatória, de acordo com o artigo 5º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020. O migrante não deve ter sido condenado criminalmente, nem estar em processo de reabilitação, conforme a legislação brasileira. Para comprovar essa condição, o interessado deve apresentar documentos como certidão de antecedentes criminais expedida pela Justiça Federal e Estadual do local onde tenha residido nos últimos quatro anos, além de extrato de antecedentes criminais ou documento equivalente expedido pelo país de origem, devidamente legalizado ou apostilado e traduzido por um tradutor público oficial no Brasil. Esses são apenas alguns dos principais requisitos para que a pessoa possa lançar o seu processo de naturalização no Brasil. É importante ressaltar que cada caso pode ter particularidades específicas, e a análise e decisão final são de competência das autoridades responsáveis pela concessão da nacionalidade brasileira, como o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

É pertinente mencionar também que o Brasil possui um sistema chamado “Naturalizar-se”, que permite a tramitação dos processos de naturalização no país. Por meio desse sistema, o requerente cadastra seus dados, preenche o formulário de pedido de naturalização de acordo com a opção escolhida (ordinária, extraordinária, provisória ou definitiva) e recebe notificações. O sistema é gerido por diversos atores envolvidos nas etapas do processo de candidatura, como os próprios requerentes de naturalização, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Desde novembro de 2020, o sistema “Naturalizar-se” tornou-se a forma exclusiva de solicitar pedidos, acompanhar o andamento e completar os dados necessários. Esse sistema trouxe maior agilidade no processamento dos pedidos, otimizando

a execução dos trâmites e melhorando a eficiência e a segurança das informações. Para os solicitantes, tornou-se uma forma mais simples e ágil de formalizar o pedido, além de oferecer acesso online às informações sobre o andamento do processo, o que garante maior transparência. Além disso, toda a comunicação entre a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e o requerente é feita por meio do sistema. O requerente pode acompanhar o andamento do seu processo e verificar, por exemplo, se há alguma pendência adicional a ser resolvida. Percebe-se que o sistema “Naturalizar-se” tem facilitado muito aos requerentes e contribui na agilização do processo e tornar mais eficiente todo o procedimento, proporcionando aos solicitantes uma experiência mais acessível, transparente e simplificada na busca pela nacionalidade brasileira

5 OS NATURILIZADOS: REFLEXÕES COM BASE NAS EXPERIÊNCIAS DOS PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO

O relato do Participante 04 destaca os entraves burocráticos ao longo do processo de naturalização. Ele menciona que o procedimento demorou dois anos, levando-o a contratar um advogado para acelerar o processo. Além disso, compartilha uma experiência frustrante na revalidação do certificado educacional, em que seu certificado foi rejeitado, enquanto certificados aparentemente idênticos de outros imigrantes foram aceitos. Essa discrepância sugere possíveis desafios e inconsistências nos processos de validação. O relato do Participante 04 destaca a necessidade de maior transparência e justiça nos processos de avaliação, visando garantir igualdade de oportunidades para todos os imigrantes que buscam a naturalização. Assim, essa história ressalta a importância de examinar cuidadosamente os procedimentos burocráticos relacionados à naturalização.

Por sua vez, o Participante 03 compartilha uma experiência significativa sobre os obstáculos que enfrentou como imigrante antes de obter a naturalização brasileira. Em 2021, ao se candidatar a cargos de intérprete, tradutor e mediador em uma escola, interagindo com alunos imigrantes, ele não foi escolhido devido à sua condição de estrangeiro. Isso destaca as barreiras percebidas no acesso a oportunidades de emprego para os imigrantes, simplesmente por ser considerado estrangeiro.

O depoimento do Participante 01 evidencia as complicações enfrentadas após a naturalização. Mesmo sendo agora um cidadão brasileiro, ele encontra desafios ao tentar se integrar tanto no Brasil quanto em Portugal como brasileiro, especialmente na comunidade brasileira no território português.

Na mesma perspectiva o entrevistado 06 compartilhou sua experiência que lança luz sobre a percepção em relação ao imigrante naturalizado.

No dia 8 de dezembro, eu estava programado para viajar no Haiti. Ao chegar no Aeroporto Internacional de Guarulhos para realizar o meu check-in, apresentei o meu passaporte brasileiro, e o atendente percebeu que eu sou do Haiti. Ele me perguntou se eu tinha outro passaporte, e eu respondi que sim, sou haitiano também. Apresentei o meu passaporte haitiano. Como minha passagem não tinha escala no Panamá, ele disse que eu não tinha visto de trânsito para o Panamá. Expliquei que brasileiros não precisam desse visto. Ele respondeu dizendo que eu não sou brasileiro; é apenas um Haitiano usando um passaporte brasileiro” (PARTICIPANTE 06, 30/12/2023).

Essa narrativa destaca as complexidades enfrentadas pelos imigrantes naturalizados, como o Participante 06, ao lidar com as percepções e tratamentos distintos com base em sua origem. A situação ressalta a possível falta de compreensão e reconhecimento de sua identidade como brasileiro naturalizado, mesmo diante da apresentação de documentos oficiais. Isso evidencia desafios que alguns imigrantes podem enfrentar ao buscar acesso igualitário e reconhecimento de sua cidadania em situações cotidianas.

O participante 07, compartilhou uma experiência semelhante que ilustra a mesma situação.

Durante uma viagem, fui confrontado com a realidade de que, por não ter nascido no Brasil, o benefício da mobilidade concedido aos brasileiros não se estende a mim como imigrante naturalizado brasileiro. Um agente de imigração da Nicarágua deixou isso claro, explicando que o local de meu nascimento faz toda a diferença. Isso influencia drasticamente o meu tratamento em relação à minha entrada no território nicaraguense, por ser nascido no Haiti (PARTICIPANTE 07, 20/12/2023).

O relato destaca as dificuldades e distinções enfrentadas por imigrantes naturalizados ao lidar com práticas diferenciadas com base no país de nascimento. A narrativa do Participante 07 evidencia a complexidade e, por vezes, a falta de reconhecimento igualitário em relação à mobilidade e tratamento em fronteiras, mesmo após a obtenção da cidadania brasileira. Isso ressalta a necessidade de abordar questões de igualdade e compreensão nos processos de entrada em territórios estrangeiros.

Essas experiências ilustram a complexidade das interações enfrentadas por imigrantes que adquiriram a nacionalidade de seu país de acolhimento. A falta de compreensão sobre sua identidade e status pode resultar em desafios

práticos, como a exigência injustificada de vistos e a recusa em aplicar as mesmas regras que se aplicam aos cidadãos nativos. As narrativas destacam as complexidades e desafios enfrentados por imigrantes naturalizados ao confrontar percepções diferenciadas e tratamentos distintos com base em seu país de origem, mesmo possuindo a nacionalidade do país de acolhimento, tanto no Brasil quanto no exterior. Essas experiências ressaltam a necessidade urgente de uma abordagem mais equitativa e sensível nas práticas e políticas relacionadas à mobilidade social, visando garantir tratamento justo e igualitário a todos os cidadãos, independentemente de seu local de nascimento.

As reflexões de Cigolini & Souza (2023) vêm ao encontro dessa urgência ao discutirem os desafios específicos enfrentados pelos migrantes em sua busca pela integração no Brasil. A análise dos autores sublinham a relevância de políticas públicas e garantias legais adequadas para enfrentar os obstáculos enfrentados por esses indivíduos. De maneira complementar, o trabalho “Desigualdade, pobreza e renda: análise das estratégias de mitigação das políticas públicas para migrantes no Paraná”, de Pierre (2023), aponta desafios significativos para a integração dos imigrantes, abordando questões de emprego, moradia, acesso a serviços sociais e condições econômicas. O estudo resalta a necessidade de criar mais oportunidades de trabalho e empregos dignos, destacando que a falta de acesso a serviços sociais, como habitação, impede a inclusão social e afeta o bem-estar dos imigrantes. Além disso, as precárias condições de moradia e a difícil situação econômica evidenciam a urgência de políticas e programas que melhorem a qualidade de vida e reduzam a pobreza.

Por outro lado, o estudo “Haitianos no Paraná: distinção, integração e mobilidade”, de Oliveira (2017), evidencia a falta de pesquisas que explorem a relação entre as características socioeconômicas dos imigrantes haitianos e suas práticas sociais no Brasil. Essas práticas incluem atividades de integração, como formas de organização social, lazer, práticas culturais e religiosas, além das expectativas em relação à sociedade brasileira e ao desejo de permanecer no país de maneira definitiva. A suposição é que as práticas sociais, culturais e a capacidade de integração dos imigrantes haitianos revelem aspectos das estruturas sociais e dos hábitos de classe. O estudo destaca que as imagens negativas associadas ao Haiti e aos haitianos, divulgadas pela mídia, especialmente pela imprensa escrita, representam um desafio significativo para uma integração social mais ampla. O grau de integração social é considerado baixo.

Portanto, a conexão entre as experiências dos participantes e as reflexões de Cigolini & Souza (2023) e de Oliveira (2017) ressaltam a complexidade do cenário de integração no contexto migratório e reforça a importância de uma abordagem holística para assegurar uma inclusão mais efetiva e justa no

contexto brasileiro. Entretanto, Sayad (1994) destaca que avaliar a integração requer uma abordagem que leve em consideração a singularidade de cada indivíduo e o caráter contínuo desse processo. A integração não deve ser vista como um processo com etapas claramente definidas, mas sim como uma interação constante entre a linguagem do indivíduo que busca se integrar e a linguagem da sociedade que o acolhe.

Ao abordar o processo de integração na perspectiva de Sayad (1994), observa-se que o imigrante naturalizado pode ser considerado alguém que procura encontrar a identidade territorial do seu território de acolhimento. Conforme Haesbaert (2007) ressalta, essa busca ou construção identitária leva o indivíduo ou grupo de indivíduos a recorrerem a elementos simbólico-identitários que se fundamentam na “naturalização” de uma identidade associada a um território específico. Simultaneamente, grupos dominantes podem criar essas identificações como uma forma de evitar a miscigenação cultural e a insegurança que ela pode trazer. A “naturalização” da identidade implica na aquisição de um suposto “direito” em um contexto espacial e temporal, que pode ser parcialmente “real” ou completamente “construído”. Isso é evidenciado pelos relatos do Participante 1, que está vivendo fora do Brasil desde 2021.

Mesmo após que eu tenho a nacionalidade brasileira estou enfrentando desafios reais ao tentar me integrar ao Brasil, bem como em Portugal como brasileiro na comunidade brasileira em Portugal. As oportunidades que isso me deu é de viajar na Europa com o meu passaporte brasileiro (PARTICIPANTE 01, 08/03/2023).

Esse relato revela diversos desafios enfrentados pelos indivíduos que obtiveram a cidadania brasileira. Ainda não são vistos como brasileiros por parte da sociedade brasileira, mesmo após a naturalização, o que destaca a complexidade das identidades múltiplas e as percepções de nacionalidade. Isso sugere que a naturalização não resolve completamente questões de identidade e integração cultural. Os desafios de integração mencionados indicam que a cidadania, por si só, não garante uma plena integração na sociedade de acolhimento. Além disso, a observação sobre a oportunidade de viajar para países na Europa com o passaporte brasileiro destaca um benefício da cidadania que pode melhorar a mobilidade social desses imigrantes. Em resumo, esse relato mostra que a naturalização é apenas um aspecto da experiência de imigrantes, e muitos outros fatores, incluindo percepções sociais e identidade cultural, desempenham um papel importante na integração e na experiência geral dos imigrantes naturalizados em seu país de acolhimento.

Por outro lado, o relato do Participante 3, mostra que a integração é viável através da naturalização.

Posso mencionar um exemplo do ano de 2021, quando me candidatei a posições de intérprete, tradutor e mediador de conversas em uma escola. Essa função envolvia interações com estudantes migrantes e suas famílias. No entanto, apesar do meu interesse, não fui selecionado para essas posições, por que eu era considerado estrangeiro. Neste ano, o edital foi lançado com a oportunidade de participação para imigrantes naturalizados, o que vejo como uma maneira de promover a integração. No entanto, ainda é cedo para afirmar com certeza como isso se desdobrará para mim, agora que sou naturalizado. Já estou considerando a ideia de participar de concursos para atuar como professor (PARTICIPANTE 03, 08/03/2023).

Este depoimento enfatiza a viabilidade da integração após a obtenção da naturalização brasileira, apesar das incertezas que existem sobre como sua vida se desenrolará após a obtenção da cidadania. Isso sublinha a necessidade de políticas claras e contínuas que apoiem a integração a longo prazo. Além disso, a consideração de participar de concursos para se tornar professor demonstra que alguns imigrantes naturalizados estão dispostos a fazer esforços significativos para se integrar, apesar dos desafios iniciais.

Cigolini & Souza (2023) enfatizam a importância de reconhecer que a efetivação das leis e políticas públicas só ocorrerá com o apoio ativo das entidades locais, sejam elas de âmbito municipal ou estadual, bem como com o comprometimento dos funcionários envolvidos nessas organizações. Além disso, a população em geral e os próprios imigrantes desempenham um papel crucial ao pressionar pelo pleno cumprimento do sistema estabelecido pelos instrumentos legais. É relevante lembrar que a lei, em sua essência, é apenas teoria - um conjunto de palavras impressas em um documento. São as instituições, sejam elas públicas ou privadas, incluindo o setor produtivo, e os indivíduos que as compõem, que transformam essas palavras em práticas. Eles constituem o elo essencial entre os direitos legalmente estabelecidos e sua concretização no dia a dia.

Quando se aborda a maneira como os direitos estipulados por lei se aplicam ao processo de naturalização, os participantes consideram que o processo em si costuma ser considerado simples, especialmente com o sistema do "Naturalizar-se". Entretanto, eles também apontam que, em alguns casos, podem surgir obstáculos, especialmente quando há falta de documentação ou quando os documentos apresentados não estão em ordem. Além disso,

a questão da demora na comunicação em casos de documentos faltantes ou incorretos pode estender o processo para além dos três meses estabelecidos por lei. Aqui se encontra o depoimento do Participante 4.

O meu processo demorou 2 anos. Fui obrigado a recorrer à contratação de um advogado para agilizar o procedimento. [...] Eu e outros imigrantes realizamos a mesma prova de revalidação em uma instituição educacional estadual, mas o meu certificado foi rejeitado, o certificado deles que era idêntico, foi aceito (PARTICIPANTE 04, 08/03/2023).

Neste relato, é evidente que o participante destaca a importância de tornar o processo de naturalização mais eficiente. Além disso, ressalta a necessidade de uma avaliação com menos subjetividade e consistente dos documentos dos candidatos. Essas mudanças poderiam tornar o processo menos frustrante para os imigrantes que buscam se tornar cidadãos brasileiros.

No mesmo ponto de vista, de acordo com eles, outro problema que eles enfrentam está relacionado aos certificados linguísticos. É o caso dos Participantes 1, 2 e 5, que fizeram cursos de português em um programa de extensão da UFPR, acreditando que o certificado obtido seria útil para o processo de naturalização. No entanto, eles descobriram que esse certificado não é válido para esse propósito. Além disso, eles mencionam que o exame Celpe Bras, que é um teste periódico de proficiência em português, é realizado em poucas cidades, o que pode ser inconveniente para alguns. Essas dificuldades relacionadas à documentação e à certificação linguística são consideradas pelos participantes como alguns dos principais problemas encontrados no processo de naturalização aqui no Brasil.

Os relatos desses participantes sobre a questão da proficiência linguística destacam a falta de clareza sobre quais certificados são aceitos para a naturalização, como evidenciado pelos Participantes 01, 02 e 05, que acreditavam que seus certificados seriam úteis. Isso reflete a falta de informações precisas sobre os requisitos para a naturalização. A importância dada à proficiência linguística no processo de naturalização, evidenciada pelos desafios relacionados aos certificados, levanta questões sobre a rigorosidade desses requisitos linguísticos e a necessidade de alternativas mais acessíveis. Os relatos sugerem que os participantes poderiam se beneficiar de orientação e apoio mais claros durante o processo de naturalização, especialmente em relação aos requisitos linguísticos. Isso destaca a importância de serviços de integração bem organizados e acessíveis para facilitar o processo de naturalização e promover a inclusão de imigrantes.

Além das questões relacionadas aos certificados linguísticos, outro problema enfrentado pelos participantes diz respeito à obtenção do antecedente criminal em seu país de origem, especialmente no caso dos haitianos. Segundo os relatos do Participante 02 e do Participante 05, conseguir o antecedente criminal no Haiti é a parte mais difícil do processo de naturalização. De acordo com eles, devido à situação complicada que o país enfrenta atualmente, obter o antecedente criminal no Haiti é extremamente desafiador. Muitas vezes, o prazo de validade do documento expira antes mesmo de eles conseguirem enviá-lo à embaixada do Brasil no Haiti para sua legalização. Essa situação gera frustração e incerteza para eles, uma vez que estão em busca da integração em seu território de acolhimento, mas encontram dificuldades em obter os documentos necessários devido às circunstâncias complexas em seu país de origem..

Resumindo os relatos desses sete participantes sobre a integração e mobilidade social através do processo de naturalização. Destacam-se que os participantes são de origens diversas, como africana, venezuelana e haitiana, com alguns vivendo fora do Brasil. Revelam que, embora o processo de naturalização seja geralmente considerado fácil, existem obstáculos e desafios enfrentados pelos imigrantes, como a subjetividade na análise dos documentos e as dificuldades relacionadas aos certificados linguísticos. Além disso, é enfatizada a dificuldade específica enfrentada pelos haitianos ao obter o antecedente criminal no Haiti, devido à situação complicada do país. Ressaltam também a importância de considerar as circunstâncias específicas de cada país de origem durante o processo de naturalização, buscando aprimorar e tornar o processo mais eficiente e justo para os imigrantes.

Percebe-se que o aspecto da burocracia, o preenchimento de formulários, o envio de documentos e a comunicação com as autoridades competentes podem ser desafiadores, especialmente para aqueles que não estão familiarizados com o sistema jurídico e administrativo do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o processo de naturalização seja considerado relativamente fácil, existem obstáculos e desafios que devem ser levados em consideração. A subjetividade na análise dos documentos e as dificuldades relacionadas aos certificados linguísticos são destacadas como problemas recorrentes. Especificamente para os haitianos, a obtenção do antecedente criminal no Haiti é extremamente desafiadora devido à situação complicada do país. A importância de considerar as circunstâncias específicas de cada país de origem durante o processo de naturalização, é um ponto que merece ser destacado para aprimorar e tornar o processo mais eficiente. Ao analisar as

experiências desse grupo de sete imigrantes no Brasil, fica evidente que o processo de naturalização apresenta desafios e dificuldades. No entanto, esse trabalho evidencia a necessidade de enfrentar essas dificuldades para promover uma verdadeira integração e mobilidade social para aqueles que optam por adquirir a nacionalidade brasileira. A obtenção da naturalização é um passo importante nesse processo, buscando superar as barreiras e obstáculos enfrentados pelos imigrantes em sua busca por integração em um novo território. Desde o início, a obtenção e validação dos documentos necessários têm se mostrado um obstáculo para esses requerentes. A burocracia envolvida no processo, juntamente com a espera prolongada e as exigências das proficiências linguísticas, muitas vezes desencorajam os imigrantes. Especificamente, a questão do certificado de proficiência em português e a obtenção do antecedente criminal no país de origem são pontos críticos que exigem atenção.

Para garantir um processo de naturalização mais acessível e eficiente, é fundamental que as políticas e os procedimentos sejam revisados e aprimorados. A flexibilidade das burocracias, especialmente em relação ao certificado de proficiências em português e à obtenção do antecedente criminal no país de origem, e a redução dos prazos de espera são medidas que podem facilitar ainda mais o processo. Além disso, é importante promover a conscientização sobre a importância da integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Isso implica em valorizar as contribuições culturais, sociais e econômicas trazidas pelos imigrantes, ao mesmo tempo em que se combate a discriminação e o preconceito que possam existir. A naturalização não deve ser vista apenas como um procedimento administrativo, mas sim como um símbolo de pertencimento e inclusão, fortalecendo a harmonia da sociedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALIBAR, É. Dignity of Citizenship and the Exclusion of the Demos. **International Sociology**, vol. 14, no. 3, p. 245-268, 1999.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

CASEIRO, J. F. Da S. **A cidadania europeia - politeia e apartheid europeu segundo Étienne Balibar**. Dissertação (Mestrado em Direito, na especialidade de Direito Internacional e Europeu). Lisboa: Nova School of Law, 2021

CIGOLINI, A. A.; SOUZA, M. De. Direitos e Garantias Legais: os imigrantes haitianos, entre a lei e a realidade. **Geografia (Londrina)** v. 32. n. 1. pp. 181-201, 2023. ISSN 2447-1747 .

- CASTRO, E. De; OLIVEIRA, U. T. V. De. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos, Londrina**, v. 22, n. 3, p. 25-45, jul./dez. 2022. ISSN 1519-5392. DOI: 10.5433/1519-5392.2022v22n3p25-45.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em : <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf>.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023 Disponível em : <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Relato%CC%81rio_Anual_2023.pdf>.
- FRAUENFELDER, A. **Les paradoxes de la naturalisation**. Enquête auprès des jeunes issus de l’immigration, L’Harmattan, coll. « Questions sociologiques », 2007, 390 p. EAN : 9782296036741.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 74-95.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2001. 224 p.
- LOSEGO, S. V; LUTZ, R. **Pratiques de naturalisation: Le cas du bassin industriel de Longwy (1946-1990)**. Annales. Histoire, Sciences Sociales, Edição:EHESS, 2006. pages 135 à 162.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP). **Naturalização**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/naturalizacao/o-que-e-naturalizacao>>. Acesso em : 05/03/2023.

- MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 40, p. 139-153, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>>. Acesso em: 08 out. 2022.
- MONDADA, L. A entrevista como acontecimento interacional: abordagem linguística e interacional. **RUA**, Campinas, n. 3, p. 59-86, 1997.
- MORAES, A. De. **Direito constitucional**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, M. De. Haitianos no Paraná: Distinção, integração e mobilidade. Periplos, GT CLACSO, **Migración Sur-Sur**, v. 01, n. 01, p. 27-46, 2017.
- OCDE. **Naturalisation et intégration des immigrés sur le marché du travail**, Perspectives des migrations internationales, Éditions de l'OCDE, Paris, 2010.p. 175-203.
- OECD. **Naturalisation**: un passeport pour une meilleure intégration des immigrés? OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264099623-fr.2011.373.p.2011>
- OLIVEIRA, S. de; GUIMARÃES, O. M.; FERREIRA, J. de L. As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210-236, maio/ago. 2023.
- PIERRE, D. Desigualdade, pobreza e renda: análise das estratégias de mitigação das políticas públicas para migrantes no Paraná. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p.136-168. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3370>>. Acesso em: 20/06/2024.
- RAFFESTIN, C. Autour de la fonction sociale de la frontière. **Espaces et sociétés**, n. 70/71, 1992, pp. 157–164.
- RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 17-36.
- SASSEN S. **Território, autoridad y derechos**: de los ensamblajes medievales a los ensambles globales, Madrid. Katz editores; 1ª edição, 599.p. 2010.
- SAYAD, A. **Qu'est-ce que l'intégration?** Hommes & Migrations, Paris, n. 1182, p. 8-14, dez. 1994.
- ZALC, C. La naturalisation, acte ou vecteur d'intégration ? Retour sur l'histoire du débat dans le premier XXe siècle. **Le Seuil**, n. 160, p. 47-60, 2017. ISSN 0152-0768. ISBN 9782021343892. DOI 10.3917/pouv.160.0047.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é examinar a relevância da naturalização como facilitadora da integração de imigrantes no Brasil, destacando a importância da cidadania para garantir direitos políticos e promover um senso de pertencimento na sociedade de acolhimento. O estudo ressalta a significância da cidadania para os imigrantes, abrangendo o acesso a direitos políticos e a promoção de um senso de pertencimento. Além disso, analisa detalhadamente o processo de naturalização no Brasil, destacando os requisitos necessários e os desafios enfrentados pelos imigrantes, tais como a obtenção de documentação, o tempo de espera e as dificuldades burocráticas. O método adotado é a entrevista semi-estruturada, baseada em conversas abertas com imigrantes que buscaram a naturalização no Brasil. No entanto, a pesquisa encontrou obstáculos, como a relutância dos participantes em compartilhar suas experiências e a falta de acesso a dados oficiais sobre imigrantes naturalizados. Conclui-se que, apesar das dificuldades encontradas pelos imigrantes no processo de naturalização, a aquisição da nacionalidade é vista como um passo fundamental para a integração. Ainda assim, é necessário revisar e melhorar as políticas e práticas relacionadas à naturalização para tornar o processo mais ágil e acessível.

Palavras-chave: Cidadania; Direito; Inclusão

ABSTRACT

The objective of this work is to examine the relevance of naturalization as a facilitator of immigrant integration in Brazil, highlighting the importance of citizenship in guaranteeing political rights and promoting a sense of belonging in the host society. The study emphasizes the significance of citizenship for immigrants, encompassing access to political rights and the promotion of a sense of belonging. Additionally, it analyzes in detail the naturalization process in Brazil, highlighting the necessary requirements and the challenges faced by immigrants, such as obtaining documentation, waiting times, and bureaucratic difficulties. The method adopted is the semi-structured interview, based on open conversations with immigrants who sought naturalization in Brazil. However, the research encountered obstacles, such as the reluctance of participants to share their experiences and the lack of access to official data on naturalized immigrants. It concludes that despite the difficulties encountered by immigrants in the naturalization process, the acquisition of nationality is seen as a fundamental step for integration. Even so, it is necessary to review and improve policies and practices related to naturalization to make the process more agile and accessible.

Keywords: Citizenship; Rights; Inclusion